

## **DISCURSO DO BASTONÁRIO DR. MÁRIO RAPOSO**

**NO ACTO DE POSSE DO NOVO BASTONÁRIO E DOS  
CONSELHOS GERAL, SUPERIOR E DISTRITAL DE LISBOA,  
EM 6-1-78**

1. Os anos passam mais depressa do que os dias. Pois parece ter sido ontem que, com não escamoteada gratidão pelo sacrifício que os Colegas, em circunstâncias muito especialmente significativas, me haviam confiado — aqui tomei posse. Os anos caíram mais no calendário do que agora relevam na memória. Mas, no seu decurso, quantos dias foram longos, arrastados e difíceis! Quantas as tarefas, as preocupações, as opções responsabilizantes que adensaram muitos desses dias!

O clima da época, os dispositivos do poder, as reacções colectivas eram, realmente, bem diferentes em Janeiro de 1975. Decidi não parametrar a acção da Ordem na burocrática defesa dos interesses imediatos da nossa profissão (sem, no entanto, os subalternizar), por acreditar que nós, advogados, quando congregados no nosso organismo institucional, *somos mais do que nós*, mais do que o atomístico somatório de todos nós. E, assim, olhei de frente os problemas e as pessoas que embaciavam a clareza serena da Democracia, embotavam as arestas vivas da liberdade, minavam o Direito e a Justiça nos seus próprios

alicerces, faziam oscilar a vida de quase todos os portugueses entre a demagogia e a compulsão, a agressividade e a frustração.

Como logo assinalei, desagregavam-se os princípios que tornam a vida digna de ser vivida: a harmonia social, a lealdade, a confiança, a solidariedade, o diálogo, a verdade — esta que é o princípio e o fim de todos os actos humanos. Programava-se, como que computadorizando os instintos para uma operação global de apossamento, a conflitualidade. Nobilitava-se a sistematização da denúncia e das mais torpes perseguições. Calcavam-se os valores perenes do espírito, da moral e do humanismo e a Pátria ia perdendo o seu sentido e a sua dimensão histórica.

De início isolada, depois ganhando aqui e além eco e companhia, ergueu-se, peremptória e discordante, a voz da nossa Ordem. Sucederam-se as tomadas de posição, não num plano de acção política concreta, mas na primeira linha da luta pelo Direito, pelo prestígio e autoridade dos Tribunais, pela conquista efectiva das liberdades públicas. Fizemo-lo com calor e inquietação de alma e com a firmeza que só a razão postula, por completo indiferentes ao proveito ou à promoção pessoal e em termos que as mais das vezes geraram incomodidade nos vários *establishments* que o processo colectivo foi expelindo e que, por seu turno, o iam accionando. No jogo das paixões e dos interesses sectários, no galopar dos mitos, no fluir dos ídolos de contingente barro, nunca a Ordem foi posta ao serviço de nada ou de mais ninguém do que a pessoa humana, livre e dignificada, e da sociedade que se lhe deveria abrir, unindo os portugueses, agora confinados, num destino comum, a estes quatro palmos de terra.

2. Ao terçar as suas possíveis armas por uma sociedade desbloqueada e normal, nunca a Ordem deixou de se objectivar na viabilização e defesa da própria advocacia. Pois a quem poderia caber, precipuamente, a defesa da advocacia se não à *Ordem dos Advogados*? E como será figurável uma sociedade livre sem advogados livres e independentes?

Portanto, e numa época em que se procurou erigir em dogma a frase caricatural de que «os advogados se estão a afogar e não

sabem nadar», nós mostrámos, e conseguimos fazer prevalecer a ideia — hoje de novo generalizadamente aceite — de que aos advogados continuava a caber um papel protagonístico nas estruturas sociais de um país não colectivizado ou liberto do estigma da «revolução permanente». E, assim, com o impulso de todos ou quase todos, a Ordem e os advogados portugueses atravessaram incólumes, quanto ao cabimento e à inderrogabilidade da sua função, o período mais grave da agitação, da perturbação, da subversão das referências éticas que Portugal sofreu em 1975. Mais do que isso. Estou em crer que nunca, como então, teve a Ordem uma presença tão frequente, tão frontal e, por fim, tão respeitada nos órgãos de comunicação social.

Couberam-me as tarefas que muitos outros Colegas — digo-o sem preparada modéstia — poderiam ter enfrentado. É que, no fundo, não despontou de mim esse ímpeto e esse prestígio. Ele estava latente e acumulado nas gerações que nos antecederam. E é por isso mesmo que, quando as recordo, quando vejo ou pressinto a sua verticabilidade, a sua consagração aos ideais e valores que nos motivam, nunca posso deixar de afirmar, e de prestar homenagem, e de prestigiar, como que em retribuição, a memória ou a presença viva dos Colegas aos quais sucedi na presidência da Ordem.

3. Respondendo a uma das suas vocações — e cumpre-me assinalar o grande «nome» que o Bastonário Prof. Palma Carlos mantém em todas as associações forenses estrangeiras ou internacionais — abriu-se a Ordem ao Mundo. A título exemplificativo direi que no número de Dezembro de 1975 da Revista da Comissão Internacional de Juristas, ao fazer-se o ponto da situação político-social portuguesa, atribuiu-se à nossa Ordem a acção mais marcante na recuperação da dignidade da Justiça, do Direito e dos Tribunais, na frase paroxística do chamado «processo revolucionário». Pela Ordem passaram nos três últimos anos, como se lembrarão, algumas das personalidades mais marcantes do mundo do Direito, desde o presidente da *International Bar Association*, Dr. Werner Deuchler, que à Ordem veio depois a consagrar, no relatório publicado na Revista (Maio de 1977)

dessa organização mundial, uma expressiva menção, ao legendário Prof. Henri Mazeaud, aos secretários-gerais da Comissão Internacional de Juristas e da *Amnesty International*, Niall MacDermot e Martin Ennals, aos constitucionalistas Paavo Kastari e Giuseppe de Vergottini, ao presidente da Ordem dos Advogados de Bucareste, Ion Pora, a Paul Sieghart, Claude Aronstein, e tantos outros. Acolheu a Ordem, em sessões de diálogo e convívio, missões de advogados brasileiros e de juristas belgas, qualquer delas com dezenas de integrantes. Fez-se representar, e preocupei-me que não apenas por mim, para não *personalizar* tal representação, em congressos, conferências e reuniões internacionais. Na actividade de cooperação jurídica entre Portugal e o Conselho da Europa estiveram quase sempre presentes advogados portugueses, designados pela Ordem. Os contactos com os organismos fcrenses estrangeiros mantiveram-se, quase sempre por meu intermédio, permanentemente, por correspondência, intercâmbio de estudos e relatórios, etc.

Ao nível interno realizaram-se dezenas de sessões de debate, como, de resto, vem evidenciado nos relatórios de 1975 e de 1976 e na nossa *Revista*. O espírito e a actividade da Ordem nunca deixou de pulsar, atenta ao «tempo-eixo» por que passamos, pés bem fincados nessa terra que é a nossa, virada ao futuro mas moldada nos valores que, mesmo quando em necessária adequação a novas realidades, embebem as suas raízes nas nossas constantes culturais, éticas e históricas, na nossa *tradição* de Povo ocidental e cristão.

4. Estão lançadas as bases da renovação orgânica da Ordem, desde a sua necessária descentralização, aos dispositivos de acolhimento e de apoio aos novos advogados e de reformulação do estágio, à sua participação na efectivação desse *direito* condicionante de todos os outros que é o *acesso ao direito*, começando pela assistência judiciária. Acentue-se, entretanto, que esta, como caracterizado *consumo social*, não pode ter o seu custo, quanto ao patrocínio, simplisticamente transferido do Estado para os advogados.

Faltará pouco mais do que dar forma textual a essa renovação. Para isso estão constituídas comissões ou grupos de trabalho.

Pensei, entretanto, que a estabilização da vida portuguesa — ainda não conseguida — terá que surgir antes do que a concretização de alguns dos projectos em preparação ou em esquema. O caminho para essa desejável estabilização — social, económica e até psicológica — irá fomentando novas formas de vida e afeiçoando novos critérios, e, assim, nenhum passo decisivo da orgânica da Ordem eu quis iniciar (até porque já está assegurada a sua estruturação democrática) sem que a sua discussão crítica por todos os Colegas pudesse partir de dados justificados pela realidade e avalizados pela experiência. Mais vale aguardar com bom-senso e pisar terreno firme do que inovar ligeiramente só pelo afã de produzir «obra-nova».

5. Fui durante três anos o presidente desta Ordem. Mas nunca me senti — é o meu único padrão de orgulho — *dono* de qualquer lugar ou detentor de qualquer prerrogativa. Fui um advogado como todos os outros, diferenciado apenas por sobre mim recaírem especiais deveres e responsabilidades.

A todos os Colegas me abri, em todos os momentos, por completo indiferente às suas opções pessoais ou ideológicas, que as mais das vezes até desconhecia. Nenhum agravo recebi. Não perdi nenhum amigo e estou certo de que criei alguns, e não apenas entre os Colegas, mas entre os Magistrados, alguns deles ocupando os mais altos cargos nas suas carreiras. Aos Colegas agradeço o terem sempre permanecido ligados à nossa Ordem — que, não por palavras, mas por actos bem concludentes, pretendi que de todos fosse. À Magistratura — quer judicial, quer do Ministério Público — fico devendo a maior compreensão, o mais relevante estímulo, até porque penso que nunca estiveram tão próximos, nesta Ordem e na vida profissional, os advogados e os magistrados.

Quanto ao Dr. António Carlos Lima que, como aconteceria com o meu amigo Dr. Xencora Camotim, reúne todas as condições para enfrentar com brilho e eficácia as muitas tarefas

e renúncias que a Ordem impõe, lembro aquilo que mais de perto nos ligou, já que, como me cumpria, nenhuma interferência tive no desenrolar da sua candidatura. Foi esse nexu o inesquecível Conselho Geral presidido pelo Bastonário Dr. Ângelo de Almeida Ribeiro, a quem cada vez mais admiro e respeito, como paradigma da dignidade cívica, lucidez e solidariedade humana.

Aos 48 anos de idade valorizo já, com saudade e emoção, os momentos em que, no passado, contactei com pessoas que ganharam presença firme no meu espírito e na minha afectividade. Vejo, assim, desde já, com uma ponta de tristeza, encerrar-se o ciclo da minha vida em que convivi com todos os queridos Colegas do Conselho Geral cessante, do Conselho Superior, dos Conselhos Distritais, da Caixa de Previdência, da Comissão dos Direitos do Homem e de todos os demais órgãos da Ordem.

Ao deixar a presidência da Ordem não sinto alívio em ficar isento da floresta de problemas e de papéis com que ela diariamente me ocupava durante algumas horas. Deu-se até o caso dos meus colaboradores mais directos entre o dedicado pessoal da Ordem serem de uma lealdade e de um zelo excepcionais. Não há uma pedra negra a ensombrar esta jornada de três anos.

Por isso, meus Colegas, ao transmitir o testemunho ao Bastonário Dr. António Carlos Lima a todos agradeço o sacrifício que me atribuíram. Não apenas pela honra de ter ocupado o cargo mais relevante a que um advogado pode aspirar, mas por ter podido fazê-lo sempre de harmonia com a minha consciência e num clima de generalizada compreensão e de estimulante simpatia humana.